



ESCÂNDALO DOS JETONS PARA ENGORDAR SALÁRIOS ENVOLVE PRESIDENTES DA COPASA E DA CEMIG

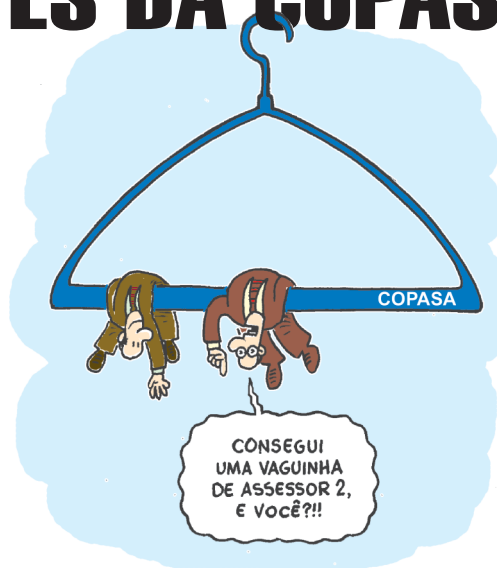
Repercute vergonhosamente matérias veiculadas pela Globo Minas e jornal O TEMPO em que demonstram manobra do Governador Romeu Zema para aumentar os salários dos presidentes da Cemig, Reynaldo Passanezi Filho, e da Copasa, Carlos Eduardo Tavares de Castro. Reynaldo passou a integrar o Conselho de Administração (CA) da Copasa e Carlos Eduardo foi apresentado com vaga no CA da Cemig. Ambos passaram a acumular “jetons” pelo cargo em cada um dos conselhos. Enquanto Reynaldo passa a ganhar remuneração mensal de cerca de R\$ 94 mil, Carlos Eduardo passa a ter o salário estimado de R\$ 77 mil.

Segundo as informações, o salário do presidente da Copasa, em torno de R\$ 56 mil, é acrescido de mais R\$ 21 mil pelo “jeton” do CA, enquanto, na Cemig, o salário presidencial de R\$ 85 mil recebe mais R\$ 9.083,75 pelo cargo no CA da Copasa.

REAÇÃO À MANOBRA ESCANDALOSA

O Governo Zema justificou na reportagem do jornal O TEMPO que esta manobra “representa uma excelente oportunidade para troca de experiências entre as duas maiores companhias de Minas”. Argumentou que os valores acrescidos não oneram o Estado, mas que são previstas no orçamento das empresas, ou seja, cabe à Copasa e Cemig pagarem os salários escandalosos.

Deve-se lembrar que vários secretários de



Estado estão pendurados em cargos nos Conselhos de Administração das duas empresas. Na reportagem, o jornal informa: “No caso da Cemig, são conselheiros fiscais o secretário de Governo, Igor Eto; o secretário de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio; de Infraestrutura, Fernando Marcato, e de Educação, Julia Sant’Anna, que teve seu nome aprovado em Assembleia Geral Extraordinária na última sexta-feira (30), em substituição ao ex-secretário de Saúde, Carlos Eduardo Amaral, demitido do

governo após furar a fila da vacinação contra Covid-19. No caso da Copasa, Fernando Marcato é conselheiro fiscal, acumulando dois assentos em estatais”.

A reação ao escândalo começa pelo BNDES, maior acionista do setor público em Minas, que se manifestou contrário à verba de R\$ 23,26 milhões para custear membros do Conselho.

Na Copasa, a mesma coisa, contra o crescimento de 33% na verba para custear o alto escalão, prevista em R\$ 7.899.928. O abuso com os altos salários dos executivos de Zema ficam ainda mais absurdos, quando confrontados, por exemplo, à política salarial na Copasa, que se nega em reajustar os salários dos trabalhadores, que não receberam reparação inflacionária em 2019, tiveram zero de reajuste em 2020, além de travar a PL para repassar uma maior parte de lucro para o alto escalão.

O escândalo junto à população será inevitável, pelo valor das contas de água, não investimentos em expansão de serviços, enquanto o presidente desfila com um salário de marajá.

